

A tenra negociação

As negociações, agora, ou vão ou racham. O fato positivo da fala do presidente Figueiredo foi rapidamente substituído por outra realidade institucional, a partir da decretação das medidas de emergência, que pertencem à natureza do regime e que não devem ser discutidas pelos parâmetros normais da transação política. Na verdade, nada existe ligando o pronunciamento presidencial de segunda-feira e a decisão tomada ontem, pois está bem claro que uma coisa é o Estado ansioso por uma liberalização confiável e segura, e outra é a essência orgânica do regime que dispõe de sistemas peculiares de avaliação e informações.

O presidente Figueiredo prestou mais esse serviço às instituições. Adverte, com a decretação das medidas de emergência, que existem ainda barreiras residuais a serem vencidas por uma organização política que tem que se revelar responsável e menos apegada a clichês de enfrentamento. Quando deputados do PMDB, há meses, falavam em diálogo com os militares, para a superação dessas barreiras, foram ridicularizados: hoje, temos a comprovação de que há uma cadeia de obstáculos a desafiar a paciência e a argúcia dos líderes políticos — e dos próprios chefes militares — que desejam uma transição do poder estável e sob a égide das soluções de compromisso.

O que se tinha, até agora, era uma sequência de episódios emocionais que teriam que chegar a um ponto de saturação qualquer, pois nem sequer os governadores mais moderados das oposições conseguiram apresentar sinais para o entendimento, uma vez que eram pressionados pelos agrupamentos partidários e parapartidários a firmar uma posição cada vez mais intransigente em face da possibilidade de negociações com o governo, e da admissão de realidades como a da apresentação de um candidato das oposições ao colégio eleitoral indireto.

O maior prejudicado com essa situação foi o governador Tancredo Neves, que, de repente, viu-se sem ambiente para progredir em suas conversações convencionais com interlocutores do Governo, já que foi levado paulatinamente à protagonização política junto às massas que exigem as diretas já, sem a interca-

lação de qualquer negociação prévia. O mais moderado dos moderados, Tancredo Neves sentiu-se ilhado, mas não pôde deixar de cumprir seu papel político, ao participar de todos os comícios e manifestações pró-diretas.

O que sobreleva na apreciação desse quadro institucional é o jogo das aparências. As oposições, através de seus principais líderes, não desejam sinceramente eleições diretas já, pois estão limitados constitucionalmente a participar das equações pela conquista do poder. A não ser o deputado Ulysses Guimarães e o senador Fernando Henrique Cardoso, todos os demais instrumentadores da campanha em favor das eleições diretas em 84 estão com um olho nos comícios e outro no calendário, pois sabem que estão presos a contingências institucionais que fariam das oposições um núcleo fragmentado, caso tivessem que enfrentar um pleito majoritário para presidente da República.

As medidas de emergência vieram para dar um toque de frio realismo a esse jogo de aparências, em que há muito pouco de convicções, e uma cota demasiadamente alta de artificialismo. As instituições democráticas, afinal, ainda não são tão sólidas assim para sofrerem tantos assaltos. A negociação, por exemplo — a filha caçula da abertura — só reinou um dia, confirmando o dito de Otávio Mangabeira, de que a democracia, entre nós, é árvore tenra.

MALUF, DISTANTE

O candidato Paulo Maluf tomou a pulso a decisão de não vir a Brasília nessa semana tensa, preferindo uma incursão ao Rio de Janeiro. O "presidencialável" foi movido por instinto e por informações, pois a semana gloriosa que espera será a próxima, e não essa que apresentou tantas variáveis.

ROMANO, EM BRASÍLIA

Esteve ontem em Brasília o Sr. Guilherme Romano, o mais próximo amigo do ex-ministro Golbery. Voltou ao Rio tão logo pôde.

LEONARDO MOTA NETO